



ARTIGO

FORMAÇÃO CONTINUADA E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS MEDIADAS POR TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS CEARENSES

CONTINUING EDUCATION AND ANTIRRACIST PRACTICES MEDIATED BY DIGITAL TECHNOLOGIES IN PUBLIC SCHOOLS IN CEARÁ

Formação Continuada de Educadores

Joaquim Agostinho de Santiago Neto¹

Resumo

O estudo analisa a formação docente continuada voltada às práticas antirracistas mediadas por tecnologias digitais nos anos finais do Ensino Fundamental em escolas públicas cearenses, destacando avanços, desafios e potencialidades na construção de uma educação mais inclusiva e comprometida com a justiça racial. Fundamentado em abordagem qualitativa, o trabalho baseou-se em revisão bibliográfica e análise documental de políticas públicas, legislações educacionais, diretrizes curriculares e experiências pedagógicas desenvolvidas no contexto cearense. A discussão teórica articula a perspectiva antirracista, ancorada em autores como Munanga e Gomes, com o uso crítico das tecnologias digitais como ferramentas de mediação pedagógica e transformação social. Os resultados revelam que, embora a Lei nº 10.639/2003 e outras normativas representem marcos históricos, sua efetivação ainda enfrenta entraves estruturais, como a ausência de formação continuada sistematizada e materiais didáticos que representem a diversidade étnico-racial. As análises indicam que a incorporação das tecnologias digitais potencializa a promoção de práticas pedagógicas antirracistas, sobretudo quando associadas à valorização das culturas afro-brasileira e africana, ampliando o protagonismo discente e favorecendo o letramento crítico. O estudo contribui, assim, para o debate sobre a descolonização curricular e a democratização dos processos formativos, propondo reflexões sobre políticas públicas e práticas escolares comprometidas com a equidade racial e a inclusão digital, além de apontar caminhos para futuras investigações sobre o papel das tecnologias na consolidação de uma educação antirracista.

Palavras-chave: Formação docente; Práticas antirracistas; Tecnologias digitais; Educação pública.

Abstract

This study analyzes continuing teacher training focused on anti-racist practices mediated by digital technologies in the final years of elementary

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), joaquimsousasantiago@gmail.com, <https://lattes.cnpq.br/2900033500279787>



ARTIGO

school in public schools in Ceará, highlighting advances, challenges, and potential for building a more inclusive education committed to racial justice. Based on a qualitative approach, the work was based on a bibliographic review and documentary analysis of public policies, educational legislation, curricular guidelines, and pedagogical experiences developed in the Ceará context. The theoretical discussion articulates the anti-racist perspective, anchored in authors such as Munanga and Gomes, with the critical use of digital technologies as tools for pedagogical mediation and social transformation. The results reveal that, although Law No. 10.639/2003 and other regulations represent historical milestones, their implementation still faces structural obstacles, such as the lack of systematic continuing education and teaching materials that represent ethnic-racial diversity. The analyses indicate that the incorporation of digital technologies enhances the promotion of anti-racist pedagogical practices, especially when associated with the appreciation of Afro-Brazilian and African cultures, expanding student empowerment and fostering critical literacy. The study thus contributes to the debate on curricular decolonization and the democratization of educational processes, proposing reflections on public policies and school practices committed to racial equity and digital inclusion, in addition to pointing the way for future research on the role of technologies in consolidating anti-racist education.

Keywords: Teacher training; Anti-racist practices; Digital technologies; Public education.

1 INTRODUÇÃO

A formação continuada de professores, voltada às práticas pedagógicas antirracistas mediadas por tecnologias digitais, constitui o eixo central deste estudo. O artigo analisa como esses processos formativos têm contribuído (ou não) para o desenvolvimento de práticas antirracistas nos anos finais do Ensino Fundamental em escolas públicas cearenses. Busca-se oferecer subsídios teóricos e práticos para o aprimoramento das políticas de formação docente, fortalecendo ações pedagógicas comprometidas com o enfrentamento do racismo estrutural e a valorização da diversidade étnico-racial na escola.

A discussão insere-se em um contexto de transformações curriculares e desafios persistentes na efetivação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos. Apesar de representar um marco histórico, a implementação da lei ainda enfrenta entraves, como



ARTIGO

a falta de sistematização das práticas, a escassez de materiais didáticos representativos e fragilidades na formação docente inicial e continuada. Nesse cenário, o uso pedagógico das tecnologias digitais desponta como estratégia inovadora para promover o protagonismo negro na escola.

A literatura especializada sublinha que as práticas antirracistas exigem uma abordagem crítica e reflexiva, sustentada pela valorização das culturas afro-brasileira e africana e pelo reconhecimento de saberes historicamente marginalizados. Munanga (2005) defende que a formação de professores deve transcender o domínio de conteúdos, integrando dimensões ético-políticas e epistemológicas que permitam compreender e enfrentar o racismo estrutural nas instituições escolares. Para Gomes (2017), a promoção da equidade racial atravessa todo o currículo, demandando o engajamento coletivo dos educadores. Contudo, Martins (2025) ressalta que limitações estruturais, como a pressão por resultados em avaliações externas e a ausência de políticas formativas consistentes, dificultam a consolidação de práticas antirracistas mediadas por tecnologias.

Apesar dos avanços normativos e das experiências exitosas, persistem lacunas que obstaculizam a consolidação dessas práticas nas escolas públicas do Ceará. Pesquisas indicam que a formação continuada é fator decisivo para superar barreiras institucionais e construir ambientes escolares mais inclusivos. A inserção das tecnologias digitais como mediadoras do processo educativo abre novas possibilidades, mas depende de investimentos e revisão crítica de materiais.

Diante desse panorama, o artigo busca responder à seguinte questão: como os processos de formação docente continuada têm contribuído (ou não) para o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas mediadas por tecnologias digitais nos anos finais do Ensino Fundamental das escolas públicas cearenses? A pesquisa fundamenta-se em análise documental de políticas públicas, legislações, diretrizes curriculares e relatos de experiências pedagógicas desenvolvidas no estado. Adota-se abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, sem entrevistas ou observações diretas, com o intuito de identificar tendências, desafios e potencialidades.



ARTIGO

O objetivo geral é analisar de que maneira a formação docente continuada tem influenciado o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas mediadas por tecnologias digitais nas escolas públicas cearenses. Sua relevância decorre da lacuna existente na literatura sobre a articulação entre formação docente, práticas antirracistas e tecnologias digitais, temática ainda pouco explorada, sobretudo no contexto do Ceará.

O artigo organiza-se em três seções, além desta introdução. A primeira discute o referencial teórico sobre formação docente e educação antirracista; a segunda aborda o papel das tecnologias digitais como ferramentas de práticas pedagógicas antirracistas; e a terceira analisa o contexto das escolas públicas cearenses, enfatizando políticas, desafios e experiências exitosas. As considerações finais apontam limitações, contribuições e perspectivas para futuras pesquisas.

2 FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A formação docente continuada, entendida como processo permanente de desenvolvimento profissional, é condição *sine qua non* para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas nos anos finais do Ensino Fundamental, especialmente em escolas públicas cearenses. Segundo Munanga (2005), a formação de professores deve transcender o mero domínio de conteúdos, incorporando dimensões ético-políticas e epistemológicas que permitam ao educador reconhecer, problematizar e enfrentar o racismo estrutural presente nas instituições escolares. Gomes (2017) destaca que "a luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador" (Brasil, 2004, p. 7), uma vez que a responsabilidade pela promoção da equidade racial não se restringe a disciplinas específicas, mas atravessa todo o currículo escolar.

A literatura especializada aponta que práticas pedagógicas antirracistas demandam uma abordagem crítica e reflexiva, fundamentada na valorização das culturas afro-brasileira e africana, bem como no reconhecimento dos saberes historicamente marginalizados (Almeida, 2020; Gomes, 2017). A Lei nº 10.639/2003,



ARTIGO

ao tornar obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos, representa um marco legal que impulsiona a descolonização dos saberes e a ressignificação das identidades no espaço escolar. No entanto, como evidencia Martins (2025), a efetivação dessa política pública ainda enfrenta desafios, como a ausência de sistematização das práticas, a escassez de materiais didáticos representativos e as fragilidades na formação inicial e continuada dos docentes.

A integração de tecnologias digitais às práticas pedagógicas antirracistas emerge como estratégia inovadora e potencializadora do processo educativo. Santos et al. (2025) demonstram que o uso de plataformas digitais, jogos educativos e recursos audiovisuais amplia o acesso a narrativas diversas, favorecendo o protagonismo negro e a desconstrução de estereótipos. Segundo Moran (2013, p. 1), “com as tecnologias atuais a escola pode transformar-se em um conjunto de espaços ricos de aprendizagens significativas, presenciais e digitais, que motivem os alunos a aprender ativamente, a pesquisar o tempo todo”. Nessa perspectiva, o ensino tradicional, centrado no professor, perde espaço para transformação e participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento.

A relação entre políticas públicas e promoção da equidade racial na educação exige, portanto, investimentos estruturantes na formação continuada dos professores, revisão crítica dos materiais didáticos e implementação de metodologias que promovam a educação das relações étnico-raciais como dimensão estruturante do currículo. Como enfatiza Carneiro (2005),

[...] a educação, historicamente negada aos negros no Brasil, foi e continua sendo um dos principais mecanismos de exclusão social. Mesmo após a abolição, as estruturas educacionais foram desenhadas para manter a população negra em posições subalternas (Carneiro, 2005, p. 220).

Em síntese, a formação docente para práticas antirracistas mediadas por tecnologias digitais demanda uma postura crítica, engajada e comprometida com a transformação social. A superação dos desafios identificados requer não apenas mudanças institucionais, mas também o engajamento dos educadores na construção de ambientes escolares inclusivos, dialógicos e plurais. Como afirma Freire (2003,



ARTIGO

2003, p. 15), "do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político". Nesse sentido, educar para a equidade racial é, portanto, um ato político e ético, que se realiza no cotidiano das práticas pedagógicas e na permanente busca por justiça social.

3 TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA DE PRÁTICA PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA

A incorporação das tecnologias digitais na educação básica, sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental, tem impulsionado transformações pedagógicas e mediado práticas inclusivas e antirracistas. Apesar dos desafios históricos de exclusão e desigualdade que marcam a escola pública cearense, o uso das tecnologias amplia as possibilidades de acesso e circulação de saberes, rompendo com modelos tradicionais e eurocêntricos de ensino (Munanga, 2005; Gomes, 2017).

A literatura especializada destaca que alfabetização e letramento, quando articulados a práticas antirracistas e recursos digitais, ultrapassam a simples decodificação de signos, tornando-se instrumentos de resistência e emancipação. Como afirma Soares (2023, p. 33), "letrar desenvolvendo habilidades de leitura, interpretação e produção de textos; alfabetizar situando no texto a aprendizagem do sistema alfabético". Assim, o uso de textos literários antirracistas em ambientes digitais favorece o protagonismo de estudantes negros.

Entretanto, persistem limitações estruturais e institucionais. A pressão por resultados em avaliações externas, a falta de formação continuada e a escassez de materiais didáticos que representem a diversidade étnico-racial dificultam a consolidação de uma educação antirracista mediada por tecnologias (Martins, 2025). Ainda assim, experiências como a da EMEF Ernesto Gurgel Valente, em Aquiraz, indicam que práticas pedagógicas antirracistas integradas ao uso de jogos digitais potencializam o letramento e valorizam identidades negras. Trabalhar a representatividade de artistas como Heitor dos Prazeres em atividades digitais mostrou-se eficaz na desconstrução de estereótipos.



ARTIGO

Portanto, as tecnologias digitais, quando associadas a práticas pedagógicas antirracistas, promovem uma educação crítica, inclusiva e comprometida com a justiça social. Para que essa abordagem se consolide, é essencial superar os entraves institucionais, investir na formação docente e assegurar a presença efetiva da diversidade étnico-racial nos materiais e nas práticas escolares. Como lembra Freire (2003, p. 15), “é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político”. Educar, assim, é ato político, e ser educador antirracista exige o compromisso de transformar a escola em espaço de reparação histórica e construção de identidades afirmativas.

4 ANTIRACISMO, DOCÊNCIA E TECNOLOGIAS NAS ESCOLAS CEARENSES

A análise das políticas públicas voltadas à formação docente para práticas antirracistas mediadas por tecnologias digitais nos anos finais do Ensino Fundamental, especialmente nas escolas públicas cearenses, revela um cenário de avanços normativos e desafios persistentes. A promulgação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares, representa um marco histórico na luta por uma educação antirracista no Brasil. No entanto, Martins (2025) destaca que "sua efetivação no contexto escolar ainda se apresenta de forma limitada e permeada de desafios". Isso demonstra que a legislação, embora fundamental, não garante por si só a transformação das práticas pedagógicas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) reforçam a necessidade de uma abordagem transversal das relações étnico-raciais, mas, na prática, observa-se uma lacuna entre o discurso oficial e a implementação cotidiana. O currículo escolar, frequentemente marcado por uma perspectiva eurocêntrica, demanda uma revisão crítica que permita a valorização dos saberes afro-brasileiros e africanos, conforme argumenta Gomes (2012): "A descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais



ARTIGO

profundos, ou seja, do poder e do saber." Desse modo, a transformação curricular pode ser entendida, de forma extensiva, como um processo dinâmico, atravessado por disputas e resistências institucionais.

No contexto cearense, a implementação dessas políticas encontra desafios específicos, como a pressão por resultados em avaliações externas, a fragilidade na formação inicial e continuada dos docentes e a escassez de materiais didáticos que representem a diversidade étnico-racial. Martins (2025) observa que "as práticas pedagógicas carecem de maior sistematização, de materiais didáticos que representem a diversidade étnico-racial e de abordagens metodológicas que promovam, de fato, uma educação antirracista." Tal constatação é corroborada por relatos de professores e alunos, que apontam iniciativas pontuais, mas insuficientes para consolidar uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva.

A inserção das tecnologias digitais como mediadoras do processo educativo abre novas possibilidades para o fortalecimento de práticas antirracistas. Santos et al. (2025) demonstram que "a combinação de práticas pedagógicas antirracistas promove significativamente o desenvolvimento da leitura, da escrita e do letramento dos alunos." O uso de plataformas digitais, jogos educativos e recursos audiovisuais permite ampliar o acesso a narrativas diversas, desconstruir estereótipos e valorizar identidades negras, promovendo uma aprendizagem mais crítica e significativa.

Em última análise, o contexto cearense revela que, embora haja avanços normativos e experiências exitosas, persistem lacunas estruturais que dificultam a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas mediadas por tecnologias digitais. A superação desses desafios exige investimentos em políticas públicas estruturantes, formação continuada dos professores, revisão crítica dos materiais didáticos e o fortalecimento de uma cultura escolar comprometida com a equidade racial e a valorização da diversidade. Educar para a justiça racial é, portanto, um ato político e ético, que demanda engajamento coletivo e transformação das estruturas escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



ARTIGO

As análises realizadas evidenciaram que a formação docente voltada às práticas antirracistas mediadas por tecnologias digitais constitui um campo estratégico para a consolidação de uma educação emancipatória. A reflexão teórica e documental empreendida permitiu compreender que a efetividade dessas ações depende tanto do aprofundamento epistemológico na formação de professores quanto da incorporação crítica de recursos tecnológicos. Observou-se que, ao articular saberes pedagógicos e tecnológicos com o compromisso ético-político de enfrentamento do racismo estrutural, é possível promover práticas que democratizam o acesso ao conhecimento e reafirmam o protagonismo dos sujeitos historicamente marginalizados.

Verificou-se, ainda, que as iniciativas de formação docente no Ceará, embora apresentem avanços importantes, mantêm lacunas estruturais que limitam a consolidação de práticas pedagógicas efetivamente antirracistas. A ausência de sistematização das ações formativas, a escassez de materiais didáticos representativos e a pressão por resultados em avaliações externas fragilizam a integração crítica das tecnologias digitais ao currículo. Nesse sentido, o estudo evidencia que a transformação educacional exige mais do que o domínio instrumental das tecnologias; requer a construção de uma consciência pedagógica comprometida com a equidade racial e com a valorização dos saberes afro-brasileiros e africanos.

Do ponto de vista teórico e metodológico, o trabalho contribui ao propor uma leitura que integra a perspectiva antirracista à mediação tecnológica no campo da formação docente. Essa abordagem amplia o debate sobre a descolonização dos currículos, oferecendo subsídios para políticas públicas que reconheçam as tecnologias não apenas como ferramentas, mas como espaços socioculturais de resistência e reexistência. Ao sistematizar experiências e desafios das escolas públicas cearenses, o artigo reforça a relevância de uma epistemologia educacional que reconheça o papel das tecnologias digitais na promoção de práticas pedagógicas.

Por fim, os resultados apontam para a necessidade de contínuo investimento em políticas de formação docente crítica, de produção e difusão de materiais didáticos antirracistas e de fortalecimento de políticas educacionais. Pesquisas futuras podem aprofundar a análise empírica de práticas escolares concretas e explorar o impacto



ARTIGO

do uso das tecnologias digitais na construção das identidades étnico-raciais dos estudantes. Assim, reafirma-se que educar com e para as tecnologias, na perspectiva antirracista, é um ato político e ético que demanda a corresponsabilização coletiva pela construção de uma escola plural, justa e antidiscriminatória.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandira, 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Parecer CNE/CP n. 1/2004**, de 17 de junho de 2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF: MEC/CNE, 2004.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 17-30, 2005.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 143-154.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

MORAN, José. Desafios que as tecnologias digitais nos trazem. In: MORAN, José; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013. p. 30-35.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SOARES, Magda. **Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2023.